

DOCUMENTAÇÃO

Documentos básicos sobre o programa nacional de treinamento de executivos – MPCG

A Exposição de Motivos ao Presidente da República sugerindo a sua criação e a alocação dos recursos necessários ao seu desenvolvimento; A Portaria Ministerial que lhe dá estruturação; O resumo dos Convênios assinados para a sua execução.

A exposição de motivos

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

O desenvolvimento econômico, científico e tecnológico do País vem determinando a necessidade de capacitação de administradores de empresas, em seus diversos níveis de especialização, tanto no setor público como no privado.

Além disso, a pesquisa dos problemas organizacionais e administrativos, visando adaptá-los às características peculiares da realidade brasileira, é uma exigência qualitativa que deve acompanhar qualquer esforço pretendendo a formação de gestores e administradores.

A modernização da empresa nacional, uma das grandes metas do I Plano Nacional de Desenvolvimento, só se operará se, paralelamente à reformulação das estruturas de capital e do esforço de modernização tecnológica, houver uma real absorção, pelos empresários, dos novos métodos de gestão e de controle.

Recente levantamento publicado na “Revista de Administração de Empresa”, da Fundação Getúlio Vargas, mostra que entre os principais fatores responsáveis pelas concordatas, na área da pequena e média empresa, situam-se a falta de planejamento, ausência de sistemas de informações, e falta de sistemas de controle da atuação dos diversos departamentos. Outro estudo, promovido pelo BNDE, mostra que na indústria têxtil de dois dos mais importantes Estados da Federação, somente 30% das empresas estavam aparelhadas, administrativamente, para reestruturar-se mediante assistência financeira do Governo.

A mudança de mentalidade do empresariado é um processo complexo, que envolve fundamentalmente sua participação. O estímulo e apoio do do Governo são, entretanto, essenciais.

Examinando o problema sob seu aspecto global, verificou este Ministério que no setor não há propriamente carência de projetos específicos, mas sim a ausência de um Programa Integrado, que compatibilize as diversas iniciativas e as complemente nos pontos de estrangulamento, maximizando o aproveitamento do pessoal docente, material didático e estruturas organizacionais disponíveis, além de avaliar e aperfeiçoar os sistemas e métodos operacionais adotados.

Foram identificados os mecanismos já existentes, na área acadêmica ou fora desta, possibilitando ao Poder Público condições de escolher uma estratégia de atuação no setor.

As instituições, acadêmicas ou não, envolvidas e preocupadas com capacitação de recursos humanos orientados para as tarefas de alta administração, enfrentam dificuldades financeiras somente superáveis com apoio oficial.

A simples distribuição de recursos financeiros, por outro lado, tem-se provado inadequada por não garantir continuidade, acompanhamento e formação de critérios e políticas racionais.

Desta forma, sugiro a criação de um programa nacional de treinamento em Administração de Empresas, objetivando apoiar técnica e financeiramente projetos existentes e a criar, aumentando-lhes a eficácia e induzindo-lhes a geração de inovações através de intercâmbio de pessoal e de opiniões; estimulando a pesquisa relacionada com aspectos organizacionais das empresas brasileiras; centralizando e facilitando a divulgação de resultados obtidos.

O Programa atuaria simultaneamente nas áreas de Graduação, Pós-Graduação e de Aperfeiçoamento de Dirigentes e Executivos, dentro de uma concepção globalista cujas principais características seriam as seguintes:

a) *na área de dirigentes e executivos*: as metas brasileiras de desenvolvimento econômico, que se apóiam no dinamismo do setor privado, não podem aguardar a formação de novas gerações de profissionais da administração. O treinamento e modernização das atuais lideranças empresariais é, assim, um investimento dos mais prioritários e rentáveis. O Programa

estimularia projetos visando a propiciar, aos dirigentes e executivos que já participam da vida empresarial, conhecimentos dos novos horizontes abertos pelas modernas técnicas de administração.

Através de métodos de instrução variados, adaptados a homens ocupados e com altas responsabilidades, seria dada ênfase aos seguintes aspectos:

- aumento da capacidade e qualidade da tomada de decisões;
- desenvolvimento de uma visão globalista da empresa;
- desenvolvimento de novas técnicas e atitudes para enfrentar problemas humanos, técnicos e administrativos;
- exame da importância de cada empresa no meio econômico e social em que opera;
- compreensão do contexto internacional, tendo em vista seus reflexos nos negócios da empresa e as oportunidades que ela oferece.

b) *na área de pós-graduação*: estímulo a cursos de mestrado em administração de empresas, com o objetivo de formar professores, consultores e profissionais habilitados a difundir as mais modernas técnicas no setor, dentro das peculiaridades do nosso estágio de desenvolvimento. Da consolidação de experiências já existentes fluiria um currículo adaptado às nossas características. Inicialmente se daria ênfase à experiência das principais universidades americanas, entre as quais Stanford (métodos quantitativos), Harvard (política de decisões) e Wharton (finanças da empresa), bem como de escolas voltadas para o mercado internacional, como o INSEAD e IMEDE, na Europa.

Os cursos de pós-graduação seriam abertos a bacharéis em economia, engenharia, direito e administração de empresas.

O programa estimularia ainda a criação de organismos sob a responsabilidade do setor privado com o objetivo de promover sistematicamente seminários para empresários e executivos, sobre inovações em matéria de "management".

c) *na área de graduação*: estímulo à criação de escolas de administração de empresas de elevado gabarito, com um conteúdo de modernização semelhante ao cogitado para a área de pós-graduação.

Na instalação do Programa seriam firmados três convênios na área de pós-graduação. Os primeiros beneficiários do Programa seriam a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV), a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (UFRJ) e a Coordenação de Pós-Graduação em Administração de Empresas da UFMG.

Deseja-se atingir os resultados especiais, a seguir apresentados, por meio dos projetos selecionados.

A EAESP, em razão de sua maior experiência acumulada, servirá como ponto de referência e fonte para os problemas de material didático, análise curricular e montagem de projetos especiais. A COPPE, por meio de seu Programa de Engenharia de Produção, oferecerá base indispensável e adequada para início de um projeto que a curto prazo poderá se tornar autônomo, a exemplo da própria COPPE, possivelmente integrando outros setores da UFRJ (Economia, Administração etc.). Da UFMG deseja-se inter-relacionamento com a Fundação João Pinheiro para que assim seja atendida de maneira integrada, a área de Aperfeiçoamento de Executivos de Alto Nível, com repercussões benéficas no setor Acadêmico.

No âmbito do aperfeiçoamento de Executivos de Alto Nível, firmar-se-ia, desde logo, convênio com a Fundação João Pinheiro, de Belo Horizonte, que tem demonstrado um esforço pioneiro no assunto.

Com referência a iniciativas na área de Graduação, constituirá orientação inicial aprofundar entendimentos com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC), no sentido de se conseguir estruturar, naquela instituição, um núcleo dotado de características e *status* suficientes para a implantação de uma Faculdade de Administração de Empresas com a qualidade necessária, no Rio de Janeiro.

O Programa terá um mecanismo de coordenação no âmbito do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, composto basicamente de uma Secretaria Executiva e um Órgão Diretor, do qual participariam representantes do Ministério da Educação e Cultura e de entidades de classe do setor privado.

A Secretaria Executiva valer-se-ia da estrutura administrativa da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos S/A), que tem larga experiência no trato do assunto, na qualidade de Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

As despesas de instalação e custeio da Secretaria Executiva seriam cobertas pelo destaque de 2% (dois por cento) dos recursos alocados ao Programa.

Considerando levantamentos e análises preliminares procedidos pela FINEP, a previsão de gastos durante 1973 será de quinze milhões de cruzeiros, que serão alocados segundo critérios provisórios. Para 1974 e 1975 estima-se uma necessidade de trinta milhões de cruzeiros e quarenta milhões de cruzeiros, respectivamente, justificando-se o crescimento pela evolução de critérios que permitirão política mais agressiva e segura.

Assim sendo, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, juntamente com a aprovação do Programa, a alocação de recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento de Áreas Estratégicas, no montante de Cr\$ 15 000 000,00 (quinze milhões de cruzeiros) em 1973 e Cr\$ 30 000 000,00 (trinta milhões de cruzeiros) em 1974.

Em função dos resultados obtidos nos dois primeiros anos, o Poder Executivo fixaria os recursos para os anos de 1975 e seguintes.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito.

A portaria

O Ministro de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no uso de suas atribuições e tendo em vista o despacho do Excelentíssimo Senhor Presidente da República na Exposição de Motivos n.º 059-B, de 2 de maio de 1973,

RESOLVE:

Art. 1.º — O Programa Nacional de Treinamento de Executivos, de que trata a Exposição de Motivos n.º 059-B, de 2 de maio de 1973, será coordenado por um Conselho Diretor, presidido pelo Secretário-Geral do Ministério e administrado por uma Secretaria Executiva.

Art. 2.º — Integrarão o Conselho Diretor, além do Presidente, representantes do Ministério da Educação e Cultura, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, da Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, da Indústria e do Comércio.

Art. 3.º — Caberá ao Conselho Diretor:

I — Determinar diretrizes para os programas de trabalho e planos de aplicação de recursos;

II — Aprovar os planos de aplicação de recursos e propostas orçamentárias apresentadas pela Secretaria Executiva.

Parágrafo Único — Nas reuniões do Conselho Diretor o Presidente, além do voto comum, terá o voto de qualidade.

Art. 4.º — Caberá ao Presidente do Conselho Diretor:

I — Convocar e presidir as reuniões do Conselho;

II — Distribuir e organizar os trabalhos do Conselho determinando as pautas para as reuniões;

III — Coordenar as atribuições do Conselho com as da Secretaria Executiva;

IV — Aprovar os projetos específicos do Programa;

V — Convocar e presidir as reuniões da Comissão Consultiva.

§ 1.º — Fica o Presidente do Conselho Diretor autorizado a firmar convênio com a Financiadora de Estudos e Projetos—FINEP, visando a regular a colaboração daquela entidade, no fornecimento dos meios necessários para o funcionamento da Secretaria Executiva.

§ 2.º — Em suas ausências e impedimentos, o Presidente do Conselho Diretor será substituído pelo Secretário Executivo.

Art. 5.º — Junto ao Presidente do Conselho Diretor, com a participação do Secretário Executivo, funcionará uma Comissão Consultiva, constituída pelos representantes das entidades executoras do Programa.

Art. 6.º — Caberá à Comissão Consultiva: discutir, analisar e opinar a respeito das avaliações dos projetos apoiados pelo Programa, sugerindo linhas de ação.

Art. 7.º — Caberá à Secretaria Executiva:

I — Elaborar e submeter ao Conselho Diretor os programas de trabalho e os planos de aplicação de recursos;

II — Submeter à decisão de Presidente do Conselho, com parecer conclusivo, os projetos específicos a serem apoiados pelo Programa, de conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Diretor;

III — Acompanhar, técnica e financeiramente, a aplicação dos recursos de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Diretor;

IV — Coordenar e administrar a movimentação dos recursos financeiros, humanos, técnicos e materiais necessários ao desenvolvimento das atividades do Programa.

Parágrafo Único — O representante da FINEP no Conselho Diretor será o Secretário Executivo do Programa e dirigirá os serviços da Secretaria Executiva, cabendo-lhe, além das atribuições de representação, organização, controle e execução do Programa, indicar pessoal e necessidades de material e serviços a serem fornecidos nos termos do convênio mencionado no artigo 4.º, Parágrafo 1.º.

Art. 8.º — Dos recursos destinados ao Programa serão destacados até 2% (dois por cento) para cobrir as despesas de instalação e custeio da Secretaria Executiva.

Art. 9.º — A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Os convênios

Resumo dos Convênios assinados em 5-6-1973.

1. *Órgão Executor*: Fundação Getulio Vargas — Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

Objetivos: Reformulação do atual Curso de Pós-Graduação da EAESP; cooperação na formulação, análise e execução de projetos do PNTE.

Valor:

Cr\$ 2 106 185,00 em 1973
Cr\$ 5 306 375,00 em 1974
Cr\$ 3 123 040,00 em 1975 *
<hr/>
Cr\$ 10 535 600,00

2. *Órgão Executor:* Universidade Federal do Rio de Janeiro — Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia-COPPE.

Objetivos: Criação de um Curso de Pós-Graduação em Administração; formação de uma Escola de Pós-Graduação em Administração, constituindo nova unidade dentro da UFRJ, com estrutura e administração próprias; cooperação na formulação, análise e execução de projetos de interesse do PNTE.

Valor:

Cr\$ 1 330 056,00 em 1973
Cr\$ 4 737 397,00 em 1974
Cr\$ 4 941 857,00 em 1975 *
<hr/>
Cr\$ 11 009 310,00

3. *Órgão Executor:* Universidade Federal de Minas Gerais — Faculdade de Economia e Administração.

Objetivos: Desenvolvimento do Curso de Pós-Graduação em Administração; criação de uma Escola de Pós-Graduação em Administração, na Universidade Federal de Minas Gerais, com estrutura e administração próprias; cooperação na formulação, análise e execução de projetos de interesse do PNTE.

Valor:

Cr\$ 2 077 000,00 em 1973
Cr\$ 5 943 000,00 em 1974
Cr\$ 3 665 000,00 em 1975 *
<hr/>
Cr\$ 11 685 000,00

* Estimativa.

4. Órgão Executor: Fundação João Pinheiro.

Objetivos: Desenvolvimento do Projeto de Treinamento para Altos Executivos; cooperação na formulação, análise e execução de projetos de interesse do PNTE.

Valor:

Cr\$ 1 650 700,00 em 1973.

Resumo:

FGV/EAESP	— Cr\$ 10 535 600,00
UFRJ/COPPE	— Cr\$ 11 009 310,00
UFMG	— Cr\$ 11 685 000,00
FJP	— Cr\$ 1 650 700,00 *
	<hr/>
	Cr\$ 34 880 610,00

* Estimativa.

Informação é Investimento

O empresário bem informado tem maiores oportunidades de aumentar a rentabilidade de seus negócios.

Mantenha-se bem informado sem os ônus de pesquisas demoradas e custosas. A Fundação Getúlio Vargas poupa-lhe esse trabalho publicando em seus periódicos estudos de especialistas consagrados e bem informados. Evite as soluções precipitadas. O planejamento é vital na continuidade de seus negócios. Os subsídios para as suas decisões são encontrados em **Conjuntura Econômica** e **Revista de Administração de Empresas**, da Fundação Getúlio Vargas. Economistas, pesquisadores, estudiosos e técnicos em administração oferecem nessas publicações informações atualizadas.

E todo esse complexo de trabalho fica à sua disposição, mediante uma simples assinatura.

Pedidos para Fundação Getúlio Vargas — Serviço de Publicações — Praia de Botafogo, 188 — C. P. 21.120 — ZC-05 — Rio de Janeiro, GB.